

ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DA POLÍTICA ESTADUAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Data: 24 de outubro de 2024

Horário: 14h00 às 16h00

Local: Reunião realizada em formato híbrido, presencial e online, via plataforma Teams

Coordenação: SEMIL

Pauta: Abertura, informes; Membros Presentes; Validação da Ata da última reunião do CGPEMC; Apresentação da versão do PEARC: pré-consulta pública para análise e contribuições (ações emergenciais e de curto prazo); Validação da minuta de Regimento Interno; Apresentações das Pastas: Casa Civil, Defesa Civil e Secretária da Saúde, Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE; Encaminhamentos

1. Abertura da Reunião

A reunião foi aberta pela Secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Sra. Natália Resende, às 14h00 pela SEMIL, que saudou os participantes e fez um breve resumo sobre os objetivos da reunião e confirmou a distribuição da pauta para todos os presentes, e foi feito o aviso de que alguns itens da pauta teriam que ser remanejados para a próxima reunião.

2. Verificação de quórum

A coordenação verificou o quórum, confirmando a presença de representantes das organizações, presencial e de forma online, o que assegurou regularidade para o prosseguimento da reunião.

3. Apresentação do Plano PEARC

Primeiramente foi lembrado que o comitê gestor tem a atribuição de aprovar e validar o material do Plano Estadual de Adaptação Climática.

A SEMIL explicou inicialmente as diretrizes do PEARC e as suas cinco áreas de atuação, sendo essas: Zona Costeira, Segurança Hídrica, Biodiversidade, Saúde única e Segurança Alimentar. Após isso, foram citados os cinco grupos de trabalho que foram criados para atuar nessas áreas, visando elaborar e atualizar as Cadeias de Impacto, priorizar problemas e levantar ações e subações por eixo temático.

Demonstrou-se, então, como foi o Processo de elaboração do PEARC e como foi feito o levantamento de ações e subações, chegando ao número de 48 ações elencadas e 168 subações elencadas, estando essas divididas entre os cinco eixos de atuação do PEARC. Em seguida, foram apresentadas as ações que seriam tomadas dentro das áreas do PEARC.

Foi proposto que o período de consulta pública seja de 4 de novembro até 20 de dezembro, através de um formulário no site da SEMIL, com o objetivo de coleta perfil, Contribuições com propostas de ações e subações, e Sinalizações sobre a necessidade de execução imediata de subações.

A SEMIL explicou como foi planejado a comunicação e participação da sociedade no PEARC. Essa estratégia baseou-se em cinco princípios, sendo estes: ter uma participação contínua, mobilização de grupos e territórios vulnerabilizados, garantia de pluralidade,

valorização e reconhecimento de saberes e conhecimentos locais e tradicionais, e produção e divulgação de conteúdo.

Após a exposição do PEARC, foi aberto para que os membros do comitê fizessem comentários e sugestões em relação ao plano.

Foram feitas sugestões por demais membros da própria SEMIL, para que se incluía a Secretaria de Comunicação Social (SECOM) como um dos órgãos responsáveis no item 3 de ações gerais e nos demais itens que estejam ligados com comunicação externa. Também se mencionou a importância de incluir a SP Águas como responsável pelo item 7 do eixo “Segurança Hídrica”. Quanto ao item 8, a SEMIL sugeriu o acréscimo do “fomento ao ganho de escala” como uma subação. Em relação ao eixo de Segurança Alimentar, no item 5, a mesma Secretaria propôs remover a subação 2 e adicionar a Secretaria de Agricultura (SA-SP) e o Departamento de Estradas e Rodagem (DER-SP) como órgãos responsáveis. Por fim, a SEMIL ressaltou a importância da inclusão de temas relacionados ao Decreto de qualidade do ar de 2013 no PEARC.

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SDUH-SP) sugeriu que no futuro ocorra uma regionalização das medidas, visto que a zona costeira estava sendo tratada em particular, e também ressaltaram a necessidade de trabalhar em escala na questão da infraestrutura urbana. Também foi requisitado que se acrescentasse o termo “urbanismo” ou “cidade” quando for tratada a questão da infraestrutura, uma vez que o conceito, mais amplo, abrange noções de resiliência e adaptação, evocando um conjunto de serviços importantes para a questão climática no ambiente urbano.

A Defesa Civil então sugeriu alterações na subação 7 de ações gerais, colocando fortalecer programas de educação e o monitoramento e alerta precoce.

A Agricultura sugeriu fazer uma reunião em dezembro focada no eixo de Segurança Alimentar, e também mencionou a importância do plano estadual de irrigação, pedindo participação da sub de energia na Câmara.

Ao final, os membros do comitê presentes aprovaram unanimemente a estrutura e ações apresentadas, embora considerarão as sugestões feitas pelos membros.

4. Aprovação da minuta de Regimento Interno do Comitê Gestor da Política Estadual de Mudanças Climáticas

Após apreciação da minuta final do Regimento Interno do Comitê Gestor da Política Estadual de Mudanças Climáticas, os membros do comitê presentes aprovaram unanimemente a minuta proposta.

5. Conclusão

Foi então proposto que a continuação da reunião ocorra na primeira semana de dezembro para discutir as pautas restantes e a apresentação das pastas remanescentes. Como pontos pendentes desta reunião, ficaram as apresentações da Casa Civil, Defesa Civil e Secretária da Saúde, Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE.

A reunião foi encerrada às 16h.

**Assessoria de Mudanças Climáticas e Sustentabilidade
Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística
Governo do Estado de São Paulo**